

*8.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

- Apoio – 4.^a Prova do Campeonato Regional do Centro de Downhill

Ponto 4. **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES
PATRIMONIAIS//2008**

Ponto 5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS//2008**

Ponto 6. **CENTRO NÁUTICO/CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO**

- Declaração de Interesse Público Municipal

Ponto 7. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, começando por prestar as seguintes informações:

*** CULTURA**

Relativamente às Comemorações do 35.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, penso que temos boas razões para, mais uma vez, quanto a este momento histórico/político de grande relevância nacional, estarmos orgulhosos, de consciência tranquila, porque as acções e os factos, mais do que as palavras falam por si!!!...

*** PROTECÇÃO CIVIL – GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**

Dar-vos conhecimento que, de acordo com a periodicidade prevista no Regulamento do Programa de Protecção e Valorização Ambiental, o Município apresentou duas Candidaturas ao PO Centro Eixo IV: uma dirigida a acções materiais e que tem a ver essencialmente com a prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos... um investimento previsto no Plano de Actividades aprovado para 2009 de aquisição de equipamentos em termos de Sistema de Informação que permita que o Gabinete Técnico Florestal desempenhe, no fundo, todas as tarefas para que foi criado; a outra, também tem a ver com um imperativo legal que se prende com o facto de, não obstante termos um Plano de Emergência de Protecção Civil, tem que haver lugar à sua monitorização e revisão.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no dia 18 de Abril, estive em representação do Senhor Presidente numa iniciativa promovida pela Casa do Benfica em Soure, na Sede do Concelho.

Estive também em Vila Nova de Anços, num convívio de associados organizado pela Associação Regional de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços.

Mais uma vez, tivemos as Comemorações do 35.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, comemorações com grande dignidade. Felicitar a Dra. Ana Maria Treno como Coordenadora da Comissão destas Comemorações; nos momentos formais deste evento alternar com a parte musical... tivemos momentos de grande brilhantismo musical. Sem dúvida que no Concelho de Soure temos bons artistas, bons músicos, quer a nível individual, quer também a nível de grupo, mas estas situações não nascem do acaso, são frutos de investimentos por parte da Câmara Municipal na área cultural, em particular nas Escolas de Música e nos chamados conservatórios

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

populares como são as Bandas e as Filarmónicas e sem dúvida que temos artistas de grande qualidade.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores, dizer-vos que também este facto faz parte do desenvolvimento, tudo isto é desenvolvimento.

Ainda no dia 25 de Abril, estive em representação do Senhor Presidente de Câmara em Alencarce de Cima, numa festa convívio promovido pelo Clube de Caçadores da Região de Soure.

No dia 26 de Abril, recebi no Salão Nobre da Câmara Municipal uma Comitiva de Cicloturistas de Paleão, organizada pela Comissão de Festas de S. João de Paleão.

No dia 29 de Abril, acompanhei o Senhor Presidente de Câmara a uma pequena e simbólica inauguração de obras de remodelação da Capela do Casal Novo.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Educação, acabei de receber a visita de duas professoras do Agrupamento de Escolas de Soure que acompanharam os alunos na visita a França, visita essa que aqui apoiámos; vieram oferecer à Câmara Municipal uma estampa que adquiriram em Paris.

Decorreu também, de 18 a 26 de Abril, a Semana Cultural no Instituto Pedro Hispano, uma semana extremamente rica, um programa extremamente diversificado; estive presente numa das acções, uma sessão de leitura - “Livros com Chocolate” -, que foi muito interessante, envolvendo pais, alunos, professores, auxiliares de acção educativa; uma acção promotora de leitura e promotora do envolvimento entre toda a comunidade educativa.

Na área da Cultura, estive presente, com a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, na Pouca Pena, numa iniciativa levada a cabo pelo Rancho Folclórico da Associação da Pouca Pena, ao qual chamaram “Do Curral ao Arraial”; tratou-se da recriação da tradicional Matança do Porco e tudo o que ela representava, a alimentação da família, o convívio familiar e social, a festa, o fortalecer de laços um acção que ilustra aquilo que deve ser uma das principais preocupações dum Grupo de Folclore: o trabalho de pesquisa e divulgação do passado.

Sobre as Comemorações do 35.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, dizer que nos devemos orgulhar destas comemorações; decorreram tal como as programámos e reforçar, mais uma vez, a importância da participação de diversos agentes educativos e culturais. Participaram 16 Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico no Concurso “Conhecer Abril”, o que significa que estiveram envolvidos alunos de dez Freguesias do Concelho. A nível da Actividade “Sons de Abril”, que decorreu durante a Assembleia Municipal, demos visibilidade às Actividades de Enriquecimento Curricular de Música em que estiveram presentes duas Escolas,

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

Tapeus e Degraças/Pombalinho. Participaram à volta de 60 crianças nesta acção; uma referência também a excelente participação do Clube “Art’ e Vícios” do Agrupamento de Escolas de Soure. Esta é também uma forma de divulgarmos positivamente as Escolas. A nível Cultural tivemos a presença do Grupo GTT, do Grupo Musical Gesteirense, a Fanfarras da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure. Na área Desportiva, o Torneio Liberdade Escolinhas de Futsal envolveu 115 crianças de 8 Instituições do Concelho, representativas de 7 Freguesias.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “saudar mais um Aniversário do 25 de Abril de 1974, comemorado numa ambiência que nos merece grande preocupação pela grave crise económica que o país atravessa, na nossa opinião, consequência de políticas implementadas por diversos Governos e muito agravada por uma crise internacional de grande gravidade. Uma das conquistas fundamentais de Abril é o Poder Autárquico Democrático e, em Soure, quero afirmar que Abril se vai cumprindo. Ao Poder Autárquico se deve a divulgação dos valores de Abril através de diversas iniciativas junto de toda a população mas fundamentalmente os mais jovens. Para a Autarquia de Soure as Comemorações de Abril não têm prazo de validade, renova-se todos os anos, conciliando momentos naturalmente formais com momentos lúdicos de grande diversão e participação. Saudar todos os que contribuíram com a sua participação para este elevado momento, em particular a Câmara Municipal.

Gostaria de saber qual é a finalidade da intervenção que está a decorrer na Escola do 1.º Ciclo do Casal do Barril, que já está desactivada.

Para terminar, tenho conhecimento que estive numa reunião com a Direcção do Centro Social de Figueiró do Campo. Gostaria que me desse nota da fase em que se encontram as obras, que foram apoiadas pela Câmara com 125.000,00 euros, e para quando a assinatura do Protocolo de Utilização.”

O Senhor Presidente referiu que: “estive no Domingo numa sessão que tinha um duplo objectivo: por um lado, uma Sessão Solene de Encerramento da Semana Cultural do Instituto Pedro Hispano e, por outro lado, uma Sessão também de Encerramento, mas do Campeonato Regional Escolar de Xadrez.

Naturalmente, aproveitei para dirigir uma saudação ao Instituto Pedro Hispano pelo facto de ter uma acção ligada à Cultura que já integra o calendário cultural do Concelho...

O Desporto Escolar, na Direcção Regional de Educação do Centro, a nível das várias modalidades, é repartido pelos diferentes Distritos: por exemplo já foi aqui

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

em Soure disputado o Campeonato Regional Escolar de Escalada, e agora o do Xadrez... Assim, estiveram presentes na Granja do Ulmeiro alunos de vários Distritos que se dedicam à prática do Xadrez, sendo que, evidentemente, para além de felicitar todos os participantes, não deixámos de nos congratular com o facto de a equipa Escolar de Xadrez do Instituto Pedro Hispano ter ganho o Campeonato Regional, quer colectivamente, quer em termos individuais, quer em Masculinos, quer em Femininos.

É um resultado desportivo que só pode merecer, da nossa parte, no mínimo, uma referência em reunião de Câmara e, naturalmente, uma saudação porque se prestamos particular atenção aos resultados desportivos e à colaboração que vamos dando num conjunto de domínios mais ligados à actividade física, não é menos verdade que o Xadrez, que tem actividade mental mas que tem que ter por trás também uma boa resistência física, deve também merecer, da nossa parte, o mesmo tipo de tratamento, carinho e distinção.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos colocou duas questões. Relativamente à EB1 de Casal do Barril... na próxima reunião de Câmara, porque penso que juridicamente isso já estará tratado, iremos apreciar uma proposta relativa a um conjunto de Escolas Básicas do 1.º Ciclo que no âmbito do Ordenamento do Parque Escolar têm vindo a encerrar... No Casal do Barril, depois de consultadas as entidades associativas locais, quer a Associação, quer a própria Comissão Paroquial, que têm sede própria, entendeu-se abrir a possibilidade ao Grupo Tracção Total Aventuras de Soure, que tem “funcionado” numa sala emprestada, que, ainda assim, tem revelado dinamismo a todos os níveis, para poderem, não apenas valorizar esse espaço como dar-lhe inequívoca utilidade social... O Protocolo base está ultimado com a área jurídica e, portanto, agora tratar-se-á apenas de, caso a caso, identificar a Instituição a quem será feita a cedência e clarificar em concreto o objectivo a que se destina a utilização do equipamento.

Questão do Centro Social de Figueiró do Campo... o investimento feito no Pavilhão Desportivo Coberto, que teve uma proposta de apoio aprovada pela Câmara, no valor de 125.000,00 euros... terá havido já autorização da Associação de Futebol de Coimbra para que lá sejam disputadas provas oficiais, mas como é do conhecimento da Senhora Vereadora e julgo que de todos, ainda não têm qualquer Candidatura aprovada para a Construção dos Balneários de Apoio... Assim, a reunião teve um objectivo claro: insistir connosco no sentido de poderem contar com o nosso apoio também para a construção dos Balneários, equipamento indispensável para que a Associação de Futebol de Coimbra passe a autorização condicional para definitiva...”

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “relativamente às Comemorações do 25 de Abril de 1974, nós que já andamos há alguns anos nestas questões da política, é com agrado que comemorámos o 25 de Abril, sobretudo com a mudança muito grande das nossas vidas, sobretudo para aqueles que, como a maioria de nós, nasceu antes do 25 de Abril e ainda conseguiu viver algumas dessas experiências... Na minha perspectiva, o 25 de Abril é uma forma de acreditar no futuro com atitude positiva e não ter uma atitude sistematicamente derrotista sobre aquilo que aconteceu e que poderá acontecer; eu acredito que o futuro pode ser melhor se todos nós contribuirmos para isso. É verdade que no passado aconteceram coisas menos boas pelos Governos mas também aconteceram coisas boas e, portanto, devemos fazer um balanço entre essas coisas...

Acredito que se continuarmos a acreditar no 25 de Abril e continuarmos a comemorar o 25 de Abril como temos feito aqui na nossa terra, podemos dar um contributo para que no futuro as gerações não se esqueçam e continuem a comemorar muitos dos valores que ao longo destes anos fomos cultivando; é uma data que devemos assinalar e comemorar com a dignidade que ela merece.

A questão que eu lhe queria colocar prende-se com o Troço da EN 348, ao quilómetro 21, Serra das Degraças, parece que está concluída a obra, para quando a sua entrada ao serviço das populações.”

O Senhor Presidente referiu que: “devo dizer que é surpresa para mim o Senhor Vereador dizer que está pronta... não sei se diz que está pronta a correcção de traçado, mas há questões essenciais que se prendem com atapetamentos, sinalizações, mecanismos de segurança, entre outras, ainda por fazer... não tenho nenhuma informação técnica que me diga que isso já está concluído... aquilo que posso adiantar quanto à duração estimada é que o investimento está a decorrer ao ritmo previsto... posso-lhe assegurar que não irá ocorrer qualquer retardamento, pelo contrário, logo que estiver em condições, evidentemente, entrará em funcionamento.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

**8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009**

Ponto 3. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

- Apoio – 4.ª Prova do Campeonato Regional do Centro de Downhill

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

/b/soo . o.e.c.D +/soo.e.x.c.D
Libre
 o.e.c.c.o.ii

Entidade	Transferência de Capital
	..)(o.e.c.D + o.e.c.c.o.ii +/soo.e.x.c.D o.e.c.c.o.ii +/ +soo.e.x.c.D
	1.000,00 €

O Vice-Presidente*
 (Santos Mota)
 2009.04.24

* Por Delegação de Competências, Despacho do Exmo. Senhor Presidente de Câmara de 04.11.2005

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “o downhill é uma actividade desportiva que está em grande expansão, digamos que é uma actividade radical, atrai bastantes adeptos e, inclusive, a comunicação social. Temos uma referência em termos de downhill no nosso Concelho, que é o Francisco Pardal e é também um motivo de satisfação e de orgulho para nós Sourenses, é Vice Campeão Nacional de Cadetes.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio de 1.000,00 euros.

Ponto 4. APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS//2008

O Senhor Presidente referiu que: “a legislação aplicável determina que devamos sempre apreciar o Inventário, designadamente dos Bens Móveis e Imóveis Municipais... os Direitos e as Obrigações, elementos, respectivamente, do Activo e do Passivo, esses integram o Relatório de Gestão, no âmbito dos Documentos de Prestação de Contas.

Aquilo que importa é que apreciemos este trabalho técnico, o Inventário de Bens Móveis e Imóveis, naturalmente valorizados de forma assente em critérios de valorimetria que são os que decorrem da legislação aplicável.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Inventário apresentada.-----
 Esta proposta irá ser submetida à Assembleia Municipal.-----*

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

Ponto 5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS//2008

O Senhor Presidente referiu que: “quando falamos de Documentos de Prestação de Contas falamos de Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental e Relatório de Gestão.

No Relatório de Gestão, além de especializarmos aquilo que foram as actividades desenvolvidas, fazemos normalmente uma abordagem concreta daqueles dois indicadores que têm máximos legalmente previstos: Endividamento e Despesas com o Pessoal.

O Balanço é a fotografia do Património a 31.12.2008, dos Bens, Direitos e Obrigações... Aquilo que se constata: houve uma evolução do activo de \approx 700.000,00 euros; também uma evolução positiva dos fundos próprios (a diferença entre o Activo e o Passivo é qualquer coisa como 1.000.050,00 euros) e uma diminuição do Passivo mesmo não entrando em linha de conta com os chamados Proveitos Diferidos no tempo, porque importa, no Passivo, considerar a Dívida à Banca e a Dívida a Credores que não a Banca.

Se formos ao mapa do Endividamento Municipal, verifica-se que o conjunto global da dívida em 2007 era de 12.410.545,00 euros, em 2008 - 12.042.278,75 euros... assim, houve uma diminuição de \approx 600.000,00 euros na Dívida à Banca... e um agravamento de \approx 200.000,00 euros na Dívida a Outros Credores que não a Banca... Demonstração de Resultados – desde que entrou em vigor o POCAL, em 2002, é o sétimo ano consecutivo que apresentamos um Resultado Líquido Positivo do exercício... O ano passado tinha sido de 1.031.800,78 euros, este ano 1.149.204,01 euros, não obstante se ter verificado um valor superior ao do ano transacto nas Amortizações do exercício.

Quadro Resumo de Execução Orçamental – é o instrumento de medida sobre se aquilo que efectivamente foi cobrado como Receita e realizado como Despesa se afastou muito, pouco ou nada do que foi previsto no Orçamento... podemos verificar que o Grau de Execução foi de 71,81%... é um bom Grau de Execução até porque dos 23,59% de receita orçamental prevista na Venda de Bens de Investimento, apenas se concretizou \approx 1,5%... isto significa que, em bom rigor, se observou um Grau de Execução de 71,81%, em 78%...

Importará referir que se verificou uma derrapagem em termos de Despesas de Capital... investimentos co-financiados, excluindo os Centros Escolares que já começaram, mas mesmo esses praticamente sem repercussão contabilística na gerência de 2008, ainda não tiveram o seu início daí que se perceba que as Despesas de Capital

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

tenham ficado aquém do previsto... nas Receitas verificamos que o nível de receitas cobradas - 12.075.906,71 euros - acaba por ser um nível de receitas, mesmo em ano de contenção e sem aumento de quaisquer tarifas, superior em 257.000,00 euros ao do ano de 2007. Em 2007 nós utilizámos 195.000,00 euros de Empréstimos e tivemos uma Receita Extraordinária de \approx 700.000,00 euros... se lhe subtrairmos esses 895.000,00 euros de Receita não Ordinária, aquilo que se conclui é que, com consciência social, a Receita aumentou \approx 257.000,00 euros.

Se formos ao lado da Despesa é importante que vejamos que a Despesa Corrente ficou mais de um milhão de euros abaixo do previsto, previmos 9.189.000,00 euros tivemos 8.163.000,00 euros. Do confronto da Receita Corrente com a Despesa Corrente, sem Receitas Extraordinárias, pelo contrário, continua-se a perceber que continua a consolidação da auto-suficiência orçamental, pois as Receitas Correntes não actualizadas libertaram \approx 800.000,00 euros para investimentos... observe-se ainda que dos 8.163.000,00 euros de Despesa Corrente, \approx 1.100.000,00 euros são Despesas de Investimento classificadas como Correntes... a Despesa Corrente realizada foi superior em 400.000,00 euros há do ano passado, perguntar-se-á porquê?... Aumentou 400.000,00 euros, essencialmente, por cinco razões: apesar de ter diminuído a dívida bancária, os Juros, em 2008, ainda aumentaram, só no final do ano é que diminuíram, o que significou que tivemos mais 32.000,00 euros de juros em 2008 do que em 2007, mesmo a dever menos... as Transferências Correntes aumentaram quase 100.000,00 euros, porque no Sistema de Apoio à Família, nas Actividades de Enriquecimento Curricular há alguns casos em que nós protocolamos esses serviços com as IPSS's; nós temos receitas de um lado, com os Acordos com o Governo, e transferimos do outro lado...

Na Formação houve um aumento de, comparativamente com o ano anterior, 11.300,00 euros; no Pessoal houve um aumento de 101.768,00 euros, mas se pensarmos nos 76.400 do acréscimo salarial, 2,5%, e se pensarmos em 33.000,00 euros com o aumento dos professores das AEC's, que nós pagamos mas "recebemos do outro lado", só o acréscimo salarial com o aumento das AEC's é superior ao aumento que tivemos nas despesas com o pessoal, o que significa que as mesmas em termos reais voltaram a descer...

EDP...em termos de Iluminação Pública nós aumentámos a Despesa Corrente em cerca de 80.000,00 euros; mesmo na questão das infra-estruturas com mais Estações Elevatórias, com mais Etar's, são mais equipamentos municipais a consumirem energia eléctrica para funcionarem, aumentámos \approx 64.000,00 euros, isto é, os aumentos de despesa na Iluminação Pública, em BT, e BTE, traduziram-se em \approx 150.000,00 euros a mais em despesas pagas à EDP.

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

Concretizando, nestes 400.000,00 euros, excluindo o acréscimo com a EDP e os acréscimos salariais, a outra quase metade aumentou por um lado na Despesa, mas também aumentou a Receita correspondente porque são actividades com Protocolos próprios.

Realçar uma outra questão a que nós damos sempre particular atenção, que é a insistência na descentralização, nas Transferências de Capital para as Autarquias e para as Colectividades. Se forem às Transferências de Capital verificarão que ainda assim foram transferidos cerca de 875.000,00 euros, qualquer coisa como $\approx 7,24\%$ da despesa pública, quase $7,5\%$... é uma marca descentralizadora inequívoca, que, no conjunto das Despesas de Capital, beneficiando do facto de ter sido um ano de menor investimento com a derrapagem das obras cofinanciadas, significou em vez de 20% , $22,3\%$ das Despesas de Capital.

Como estamos a falar na Despesa Corrente, aproveito para dar algumas explicações adicionais sobre Despesas com Pessoal. Como sabem, não fazemos por ano as Despesas de Pessoal que queremos, fazemos as que a Lei autoriza, e em nenhum ano podemos gastar mais com Pessoal do que gastámos no ano anterior com aumentos legalmente justificados. Aquilo que se verifica é que as Despesas com Pessoal em 2008 foram inferiores ao limite máximo, isto é, ao somatório das Despesas com Pessoal de 2007, com os aumentos justificados. Nas Despesas com o Pessoal, o aumento de 101.768,00... se pensarmos só nos 76.400 que resultaram da actualização dos vencimentos decorrente do acréscimo de $2,5\%$... se pensarmos no aumento das AEC's, ultrapassámos logo os 101.000,00 euros.

Horas Extraordinárias... em 2006 tínhamos tido 231.000,00 euros; em 2007 - 142.000,00 euros, em 2008 - 136.657,00 euros; em termos de média/mês em 2006 - 19.317,00 euros, em 2007 - 11.906,00 euros, em 2008 - 11.388,00 euros. Evidentemente que isto não se trata de estar a cortar por cortar, porque volto a dizer que há um conjunto de situações a que não podemos deixar de continuar a dar resposta: o serviço 24horas sobre 24 horas aos fins de semana com os trabalhadores ligados às infra-estruturas; o serviço de apoio quer à Educação, quer à Cultura, quer ao Desporto, quer à Acção Social, com transportes em fins de semana, são matérias em que apostámos e de que não pode haver, pura e simplesmente, um corte...

Em termos de Pessoal não tivemos nenhum aumento real, voltámos a ter o número de aposentações e rescisões superior ao de admissões, voltámos a diminuir o trabalho extraordinário. Se pensarmos só no acréscimo decorrente da actualização salarial adoptada no país - $2,5\%$ - e se pensarmos no aumento nas AEC's já temos duas parcelas que, por si só, são superiores ao aumento das Despesas com o Pessoal de 2007 para 2008.

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

Quadro Resumo de Execução do Plano de Actividades... temos um excelente Grau de Execução - 97,56% -, o ano passado tínhamos 97,77%. Se compararmos a Repartição Final do Investimento Público com aquela que era a Repartição Inicial do Investimento que constava do Plano aprovado... tínhamos previsto um investimento de 7,14% na Educação, terminámos com 7,25%; Cultura 3,69% - 3,72%; Desporto e Tempos Livres 3,83% - 3,70%; Acção Social 3,13% - 3,08%; Habitação, Urbanização e Urbanismo 23,69% - 24,05%; Saneamento e Salubridade 10,97% - 11,13%; Protecção Civil 2,42% - 2,47%; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público 12,83% - 12,98%; Comunicações e Transportes 30,44% - 29,74%; Defesa do Meio Ambiente 1,15% - 1,17%; Serviços Municipais - 0,71% - 0,71%.

Como sabem, no Endividamento nós já “apanhámos” vários limites legais e isso tem sido lembrado reunião após reunião... Em 2005 estava ainda em vigor a antiga Lei das Finanças Locais, isto é, só podíamos contrair dívida desde que os encargos financeiros, fossem eles Juros ou Amortizações, não ultrapassassem 25%, três doze avos, de uma Receita que era a Transferência Anual do Orçamento Geral do Estado. Como sabem, nos anos de 2003, 2004 e 2005, essa Lei, com a então Ministra das Finanças, a actual líder do PSD, foi anualmente revogada e no Orçamento Geral do Estado passava o limite para metade, sendo que, na altura isso criou um problema grave às Autarquias... inclusivamente à nossa que, estando nós a 50% desse limite, de repente ficámos a 100% porque na altura a então Ministra das Finanças, justa ou injustamente, entendia no Orçamento Geral do Estado reduzir para metade o limite previsto na Lei... suspendia só para aquele ano e limitava a metade o que decorria da Lei. Andámos assim até 2005, a Lei dizia que era três doze avos e a Senhora Ministra das Finanças dizia que era metade do que dizia a Lei através do Orçamento Geral do Estado aprovado anualmente. Em 2006, com uma nova ambiência legal, foi criada a figura do endividamento líquido... Nós fomos cumprindo, chegámos ao final de 2006 a cumprir com o limite do endividamento líquido e em 2007 entrou em vigor uma nova Lei das Finanças Locais... nós, que estávamos abaixo do previsto no endividamento líquido a 31.12.2006, no dia seguinte, em 01.01.2007 já estávamos com um excesso resultante da aplicação da nova Lei... Em 2007, como estarão lembrados, com a entrada em vigor da nova Lei, começámos com um excesso de 2.040.000,00 euros, tínhamos que reduzir 10% e reduzimos mais do dobro, 409.000,00 euros. Em 2008, com a evolução dos números, começamos o ano com um excesso já só de 631.000,00 euros, tínhamos que diminuir 10% - 63.000,00 euros, reduzimos mais do triplo, 211.000,00 euros...

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

Dentro do Endividamento há também o Endividamento Bancário. Em 2007 tínhamos um excesso de 306.000,00 euros e tínhamos que reduzir 30.000,00 euros, no final do ano reduzimos 127.000,00 euros, mais do quádruplo. Em 2008, reduzimos 556.000,00 euros e ao reduzirmos este valor deixámos de ter montante em excesso, passámos a ter margem. Em 31.12.2008, nós não tínhamos que reduzir, tínhamos uma margem de 1.176.374,00 euros, e isto mesmo sem o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado que nos atribuiu \approx 1.200.000,00 euros...

Parece-me que todas as considerações e esclarecimentos que se justificariam em termos de Balanço, Demonstração de Resultados, Quadro Resumo, Despesas com Pessoal estão, naturalmente, dadas... os números falam por si.

Principais objectivos, razoável nível de investimento público, lógica evolutiva na sua repartição, Concelho mais homogéneo e humanizado foram alcançados, continuaram-se a encontrar novas soluções para novos desafios, houve algum retardamento, isso é normal... Em termos de Despesas com o Pessoal os indicadores apontam para uma gestão saudável e equilibrada. A nossa convicção é que tendo 2008 sido um exercício de despesa contida com retardamento do Quadro Comunitário, a verdade é que mesmo com esse retardamento nos parece que podemos congratularmo-nos com os resultados que foi possível atingir e, nessa perspectiva, pensamos que foi dado mais um efectivo contributo para continuarmos a promover a melhoria do bem estar do Concelho.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “ao avaliarmos este documento devemos reflectir, ter em conta o contexto socio-económico que atravessamos, os condicionalismos e as dificuldades em que as Autarquias se encontram, naturalmente que a nossa não é excepção.

Este documento está muito bem elaborado, muito perceptível, estando subjacente uma gestão cuidada e rigorosa. Deveremos verificar que houve muito investimento, tendo em conta os condicionalismos das Autarquias. Poderemos verificar que houve um investimento em todas as áreas, poderemos verificar que os investimentos foram feitos de uma forma equilibrada no sentido de um Concelho cada vez mais idêntico... que este documento apresenta uma gestão cuidada mas preocupada com o bem estar da população do nosso Concelho. Por tudo isto, Senhor Presidente, só me resta felicitar a sua liderança neste Executivo pela sua capacidade em fazer engenharia financeira, a sua sensibilidade humana e assim conduzir a uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos do nosso Concelho.”

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “após a análise deste documento e sobretudo depois das explicações dadas pelo Senhor Presidente, queria, naturalmente, constatar que há uma gestão saudável e equilibrada, o que é sempre importante de registar. Registar também o excelente Grau de Execução relativamente às Grandes Opções do Plano para 2008; isso significa que apostámos num Plano de Acção realista e exequível, acima de tudo, um Plano de Acção que nunca perdeu de vista a procura de soluções para os problemas manifestados nas doze Freguesias do Concelho. É essa a marca descentralizadora de sempre, que continua e que tem sido uma aposta desta equipa, naturalmente, liderada pelo Dr. João Gouveia. É o conjunto integrado de todos estes investimentos que faz do Concelho de Soure um Concelho com capacidade para atrair novos investimentos e atrair, cada vez mais, novas famílias porque no Concelho de Soure as famílias sentem que têm boas respostas em diferentes áreas fundamentais para a sua qualidade de vida, tais como: Educação, Cultura, Acção Social, Saúde e, naturalmente, Acessibilidades. Portanto o que está em causa é todo o conjunto desses investimentos que estão bem patentes neste documento, que também ilustra que conseguimos investir em todo o concelho, em diferentes áreas, com uma gestão saudável e equilibrada. Esta realidade é motivo de satisfação, e orgulho para todos nós.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “Senhor Presidente, também vou fazer algumas considerações aos diversos documentos que aqui apresenta. São documentos de grande objectividade e eu gostava de começar a minha análise por um documento que eu penso que, acima de tudo, é um documento político, é ele que mostra a matriz política deste Executivo que é o Quadro Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano. Não é a matriz política da CDU mas é aquela em que aceitei fazer parte e em que aceitei trabalhar e com muito gosto. Analisando este conjunto de áreas de intervenção da Autarquia, considero que são áreas extremamente importantes, todas elas direccionadas para um grande objectivo que é proporcionar o bem estar à população do Concelho de Soure, criar melhores condições para que possam aqui residir e continuar a gostar de residir em Soure.

Por outro lado, dizer que toda a explicação que o Senhor Presidente deu foi muito completa, exaustiva, ainda bem que o Senhor Presidente não tem a obsessão do controlo do défice nas contas da Câmara Municipal; ainda bem que não segue essa linha de obsessões e por isso é possível vermos investimento em áreas prioritárias e

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

há uma opção fundamental que põe as Políticas Sociais, e todo o investimento em áreas direccionadas para as pessoas, à frente dos números e do controle dos próprios números...

O Senhor Presidente fala-nos em dois limites que, aliás, estamos obrigados por lei: um é o limite ao Endividamento, outro é as Despesas com o Pessoal. Fez um historial muito interessante sobre a forma como tem sido “vítima” dos limites ao endividamento que têm, efectivamente, criado algumas limitações à acção da Autarquia e são todas reais, eu acompanhei como membro da Assembleia Municipal até algumas delas. Saudar o facto de ficarmos dentro dos limites quer no Endividamento, quer nas Despesas com o Pessoal.

Em relação ao Grau de Execução Orçamental, penso que é um bom valor que apresentamos - 97,56%. Há um aspecto que eu gostaria de realçar e que é muito importante: quando nós analisamos os diversos documentos de previsão num ano para o ano seguinte, há um aspecto que eu costumo focar que é o facto das Receitas Correntes superarem as Despesas Correntes, tendo em conta que as Despesas Correntes têm algumas delas natureza de capital. Agora que isto aconteça e se continue a verificar quando nós analisamos a Prestação de Contas eu acho que é difícil de acontecer e acontece quando existe rigor e quando, efectivamente, existe um controle, a par e passo, de todas as contas e todos os investimentos que são feitos. Este aspecto para mim é aquilo que eu gostaria de salientar e que acho extremamente importante.

Com a apresentação destes diversos mapas, com o cumprimento dos limites, quer ao Endividamento, quer as Despesas com o Pessoal; com os valores que apresentamos quer no Grau de Execução quer Orçamental, quer nas Grandes Opções do Plano; com a análise que acabei de fazer entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes, penso que são documentos muito positivos que terão sem dúvida a minha apreciação, até porque participo neste trabalho com muito gosto.

Na intervenção que o Senhor Presidente fez há pouco contraria claramente o pensamento e a opinião de um Presidente de Câmara de uma Autarquia nossa vizinha que nos dá como exemplo de má gestão e até de um Concelho incumpridor pelo facto de termos aceite recorrer ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, eu não tenho esta opinião. Acho até de mau gosto por parte de um Presidente de Câmara de uma Autarquia referir desta forma outras Autarquias. Quer na sua intervenção, eu própria na intervenção que fiz sobre a Prestação de Contas, considero que fizemos muito bem recorrer a esta medida até porque ela é das poucas positivas que este Governo levou a cabo, portanto, fizemos muito bem em aceitá-las. Seria uma prova de falta de inteligência não o ter feito, é

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009*

uma prova de falta de ética referir nomes de Concelhos como Concelhos de má gestão, efectivamente não somos exemplos disso, pelo contrário, com os recursos que nos dão e como o Senhor Vice-Presidente dizia “com cada vez menos recursos”, nós conseguimos implementar políticas sociais direccionadas aos nossos Municípios e fazer com que seja cada vez melhor viver aqui.

Para terminar, nós costumamos dar o exemplo do investimento na Educação que é fundamental, na Cultura, na Acção Social... penso que há uma área que deve merecer de nós, cada vez mais, atenção que é a área Ambiental.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “acredito nos números que aqui estão e, portanto, é sobre os números que me vou debruçar, até porque Vossa Excelência disse há pouco que havia uma relação directa entre o Plano e Orçamento e o Relatório de Execução Orçamental e, portanto, a nossa posição é definida nessa altura e não nesta.

Quando se olha para o Quadro Resumo de Execução Orçamental, um dos valores que se mostra bastante discrepante é a receita que estava prevista para Taxas, Multas e outras Penalidades e aquela que foi realmente executada. Sendo isto encargos que recaem sobre os Municípios, queria saber se isto se reflectiu sobre a qualidade de vida dos Municípios ou a que é que se deveu esta discrepância.

Não vale a pena estarmos a verificar que, de facto, as receitas correntes são superiores às despesas correntes, todavia, quando vamos à área das despesas verificamos que houve, de há uns anos para cá, uma diferença bastante grande entre as despesas correntes e as despesas de capital, o que, no nosso entender, é uma situação que nos preocupa, sobretudo por duas razões: a primeira é porque isto reflecte que houve um atraso na implementação do QREN e parece que o País ficou suspenso durante dois anos; verdade que isto não é culpa das Autarquias, mas reflecte uma política errada que, no nosso entender, não é benéfica para ninguém. A outra é que olhando para estes quadros verificamos que, no futuro, as Autarquias, após 2013, irão ter alguma dificuldade em manter os níveis de investimento que eventualmente possam vir a ter, mas também não só o nível de investimentos em termos de obra nova, mas em termos de sustentação daquilo que já lhe está acometido, tanto mais que, cada vez mais, são feitas transferências para as Autarquias e, portanto, preocupa-me que este desequilíbrio que se verifica neste Quadro Orçamental seja pronúncio de uma situação futura menos agradável.

Isso leva-me a outra questão, que é no Quadro de Execução das Grandes Obras do Plano, como a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu - e estamos de acordo -, é da maioria e assim temos que o encarar, todavia, se repararmos numa

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009***

das rubricas que eu acho que era importante que tivesse havido algum investimento, e estou a falar de Saneamento e Salubridade, a Rede de Esgotos que temos que acabar no nosso Concelho, estava previsto um investimento de 14,12%, foi feita uma Execução Orçamental de 11,13%. No meu entender, este acréscimo é importante, todavia aquilo que acho que era importante é que se apostasse mais nesta área.

Considero que a sua observação da relação directa entre o Orçamento e o Plano são pertinentes.

Relativamente aos limites de Endividamento e à Despesa com Pessoal, decorrem da lei e, portanto, neste caso, não vou tecer nenhum comentário a não ser que, se calhar, há algum problema de relacionamento entre Vossa Excelência e os Governos porque enquanto o Governo do PSD estava lá, e Vossa Excelência era do PSD, prejudicaram a Autarquia e agora que é do PS, o Eng.º Sócrates continua a prejudicar a Autarquia...”

O Senhor Presidente referiu que: “desta intervenção resulta clara uma conclusão de natureza política, independentemente de algumas dúvidas concretas que foram colocadas...”

A questão de natureza política... Consta-se que a oposição, nos últimos anos, não questiona o rigor subjacente às contas, diz apenas que estas são as contas de uma estratégia que integrou um Plano que não votaram favoravelmente e que, portanto, naturalmente, sendo as contas respeitantes à execução de um Plano em cuja estratégia não se reviram, não estão em condições de votar favoravelmente as contas. De facto, o tipo de estratégia que temos vindo a desenvolver no Concelho e que consideramos ser a mais adequada para melhorar o bem estar colectivamente sentido pelas pessoas, não tem sido a estratégia defendida por aqueles que não têm participado connosco na sua elaboração e não têm integrado, de forma directa ou indirecta, esta maioria autárquica!!!...

As questões concretas que levantou... começo pela última... diz que os sucessivos Governos têm causado prejuízo à Autarquia... o que eu disse é que as sucessivas leis que têm, por exemplo regulamentado/normalizado a questão dos limites legais em termos de capacidade de endividamento têm sido lesivas para as Autarquias no geral e com grande honestidade intelectual, referi que se a então Ministra das Finanças, hoje Líder do principal Partido da Oposição, iniciou um processo de limitação, suspender a eficácia da lei e através do Orçamento Geral do Estado, reduzir para metade esse limite, também não é menos verdade que os dispositivos

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009*

legais que vieram revogar essa lei ainda contemplaram fórmulas de cálculo que levaram a valores ligeiramente inferiores...

Penso que Soure é um Concelho importantíssimo do nosso ponto de vista, mas temos que ter a humildade democrática de reconhecer que quem legisla não o faz a pensar exclusivamente em Soure... Acho que este tipo de dispositivos legais aprovados por sucessivos Governos, têm sido para todos os Municípios... Sempre defendi e afirmei que limitar a capacidade de endividamento das Autarquias não era uma forma de promover a “saúde” do endividamento porque as Autarquias eram, apenas responsáveis por 4% do endividamento global...

Saneamento e Salubridade... independentemente da discussão, se eram 14 se eram 11... como sabe, nós evoluímos, em poucos anos, de 3 para \approx dezena e meia de Etar's, de um grau de cobertura com tratamento de efluentes de \approx 8% para quase 70%!!!... quanto aos 30% que “faltam” a estratégia é muito clara: deveremos aprovar a contratação de um serviço para o Documento de Enquadramento Estratégico, o qual é um instrumento de gestão que deverá avaliar o que está feito e o que falta fazer, quanto custa o serviço que estamos a prestar, quais são as tarifas mínimas a praticar... é um investimento que permitirá, concluído esse estudo, à maioria legitimada que resultar das próximas eleições, optar por uma de três estratégias possíveis: ou apresenta candidaturas ao POVT - Programa Operacional de Valorização do Território, ou abre concurso público para a constituição de uma empresa em parceria pública ou privada só para aqueles investimentos ou, pura e simplesmente, resolve aderir a um qualquer Sistema Multimunicipal. Agora, entendo eu, que o Município tem que ter esse instrumento de gestão que é essencial para sabermos a qualidade do que temos e a hierarquização do que falta fazer e, com base nesse estudo, que se venha a optar por uma das três soluções possíveis.

... diz que nos últimos dois anos tem havido como que uma diminuição das despesas de capital... bom, o anormal seria que assim não fosse, porque se terminámos um Quadro Comunitário de Apoio e estamos num período de transição, o que seria dificilmente estendível, para não dizer inexplicável, é que em anos de transição entre Quadros Comunitários de Apoio ainda aumentássemos as despesas de capital.

Disse também que lhe parece que mesmo dando de barato que nos próximos anos as despesas de capital voltem a crescer por via do QREN, que lhe parece que pode acontecer que depois tenhamos montado uma estrutura dificilmente suportável com a normalidade então existente... não podia estar mais de acordo consigo em termos de pano de fundo de preocupação, mas repare, mesmo neste ano, com todas estas características, a receita cobrada liberta 800.000,00 euros e, se reparar, continuamos com tarifas que estão socialmente abaixo do limiar mínimo... temos uma base de

**8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2009**

crescimento porque não temos “agredido” minimamente as famílias, há aqui um primado do social inequívoco. Por outro lado, aquilo que tem sido a evolução, até quantitativa, em termos de pessoal é isto: nós temos tido um movimento interno de grande justiça social em contra ciclo - se há trabalhadores que são necessários, o vínculo deixa de ser instável e passa a estável -... mas naquilo que é o conjunto de funcionários do Município, a verdade é que estes números falam por si: 2006 - saíram 8 entraram 3; 2007 - saíram 5 entraram 2; 2008 - saíram 3 entrou 1... Isto é uma gestão de responsável preocupação... Tenho, para mim, que a estrutura que está criada, se é sustentável e liberta 800.000,00 euros com as receitas de 2008, não vejo porque é que não o há-de ser com as receitas de 2013. Percebo a preocupação, tenho-a sempre presente no processo de decisão, mas não faço uma leitura preocupante da preocupação”.

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores Eleitos pelo P.S. e CDU e três (3) abstenções dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PSD, aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2008.-----

Esta proposta irá ser submetida à Assembleia Municipal.-----

**Ponto 6. CENTRO NÁUTICO/CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO
- Declaração de Interesse Público Municipal**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: CENTRO DE ALTO RENDIMENTO (CAR)
ACÇÕES DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO
RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

O Centro Náutico de Alto Rendimento (CAR), é a designação dada ao novo projecto que resulta de uma reavaliação global, tanto na parte a construir como na executada, do anterior Centro Náutico de Remo, projecto de data de 1998.

As alterações introduzidas prendem-se, em particular, com a necessidade de confrontar o canal com as exigências dos organismos internacionais, não tidas à data de elaboração do projecto inicial, ganhando o equipamento uma projecção internacional; por outro lado, pretende-se potenciar a utilização do equipamento criando condições para a prática de outras modalidades olímpicas como o remo, canoagem, natação de águas abertas e o triatlo.

O espaço previsto para o projecto inicial encontra-se abrangido por um Plano de Pormenor aprovado por ambos os Municípios e publicado no DR II Série, n.º 146, de 26.06.2001, através da Declaração n.º 202/2001.

8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2009

Importa relembra que a aprovação daquele plano municipal de ordenamento do território foi, para efeitos do disposto na al. c) do n.º 2 do art.4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19.03, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12.10, precedido do reconhecimento do interesse público por Despacho Conjunto n.º 115/2000, publicado no DR - II Série de 03.03.2000 do Secretário do Estado do Desporto e do Secretário do Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, de forma a possibilitar a ocupação de uma área de cerca de 65 hectares que integravam a Reserva Ecológica Nacional em ambos os Concelhos¹, o que permitiu dispensar, à época, a ratificação do Plano de Pormenor pelo Conselho de Ministros.

As alterações introduzidas pelo novo projecto implicam a necessidade de intervenção em novas áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional (REN), bem como da Reserva Agrícola Nacional (RAN), quer do Concelho de Montemor-o-Velho, quer do Concelho de Soure. Todavia, e à semelhança do que sucedeu com o projecto do Centro Náutico de Remo, a intervenção nas áreas afectas à REN exige, nos termos do n.º 1 do art. 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22.08, que aprovou o Regime Jurídico da REN, o prévio reconhecimento, através de despacho conjunto do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria, de que a execução do Centro Náutico de Alto Rendimento (CAR) constitui uma acção de relevante interesse público.

Uma vez que uma parte do investimento será realizada no concelho de Soure, a CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, entidade através do qual são instruídos estes pedidos, exige, como não poderia deixar de ser, que o Município de Soure reconheça, através da Assembleia Municipal, do interesse municipal do investimento.

Deste modo, dada a importância que reveste a execução deste equipamento em todos os níveis, sugerimos que seja proposto à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na construção do Centro de Alto Rendimento (CAR) nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18.09, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01².

¹ Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Montemor-o-Velho e de Soure por força da delimitação constante das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 186/96, de 28.11, e 106/97, de 03.07, respectivamente.

² Face as atribuições dos Municípios que decorre da Lei n.º 159/99, de 14.09, em especial nos domínios dos tempos livres e desporto (art.21.º), da promoção do desenvolvimento (art. 28.º) e do ordenamento do território e urbanismo (art. 29.º).

À consideração superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
27.04.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar que seja proposto à Assembleia Municipal o Reconhecimento do Interesse Público Municipal na construção do Centro de Alto Rendimento.-----